

Governo baixa em janeiro novo pacote contra gastos públicos

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — O governo anunciará, na primeira quinzena de janeiro, um pacote de medidas para assegurar o equilíbrio das contas públicas no próximo ano. Segundo assessores da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, empresas públicas serão extintas — entre elas, a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e a Valec (subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, responsável pela construção da Ferrovia Norte-Sul) — e milhares de funcionários de estatais serão demitidos. Além disso, haverá cortes seletivos de gastos no Orçamento Fiscal, da ordem de 15%, incluindo a eliminação de cerca de 50 programas que o governo considera desnecessários.

O Ministério da Economia refez suas contas e constatou que, a prevalecer as receitas e despesas previstas no Orçamento, o país registrará um déficit de 1,5% do PIB no próximo ano, cerca de Cr\$ 500 bilhões. Para demonstrar seu interesse em acompanhar diretamente o controle das contas públicas, o presidente Collor vai instalar, até o final desta semana, um computador ligado diretamente ao Departamento do Tesouro e à Secretaria da Administração Federal. O sistema será dotado de um mecanismo, que acionará uma luz vermelha na tela sempre que uma estatal apresentar um resultado vermelho na execução de suas contas.

Demissões — As medidas, que estão sendo detalhadas pela equipe econômica, prevêem o aprofundamento da reforma administrativa lançada com a posse do presidente Fernando Collor. Assessores de diversos ministérios confirmaram que as empresas obrigadas a efetuar cortes de gastos com custeio (compra de materiais, pagamento de salários) serão aquelas que não cumpriam as metas fixadas pelo o governo para a redução de despesas. De acordo com um dos formuladores do pacote, as demissões de funcionários deverão con-

centrar-se principalmente nas empresas do setor elétrico, entre elas, Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul. O corte de funcionários vai estender-se às empresas do setor portuário, atingindo também o sistema financeiro estatal.

Na avaliação da equipe econômica, apenas a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Meridional cumpriram a determinação de reduzir gastos com pessoal na área financeira do governo. Por essa análise, o mesmo não teria ocorrido com alguns nichos do corporativismo estatal, como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. Essas empresas terão agora de ajustar suas estruturas a um figurino mais enxuto e, para isso, o governo considera essencial a demissão de funcionários nessas instituições. Outro núcleo do corporativismo a ser atingido será a Petrobrás, hoje comandada pelo economista Eduardo Teixeira, indicado para o cargo pela ministra da Economia.

O pacote traz uma inovação em relação à primeira tentativa ensaiada pelo governo com a reforma administrativa. Ao invés de fixar o número de demissões, desta vez serão estipulados os cortes, deixando-se a cargo dos dirigentes das estatais a decisão sobre onde efetuarlos, o que pode incluir a área de investimentos. A expectativa do governo, porém, é de que a forma mais viável para equacionar o orçamento das estatais será a diminuição de seus quadros de pessoal. “Temos em mãos o número de cortes que nos interessa, mas não vamos divulgá-lo para não repetir a onda de especulação verificada logo após o início do governo”, diz um funcionário da área econômica.

O governo pretende ampliar as demissões aos órgãos da administração direta. Para isso, o Ministério da Economia e a Secretaria de Administração Federal já enviarão formulários para os órgãos de todos os ministérios, solicitando uma avaliação sobre a atual lota-

ção e sugestões para a realização de novos cortes em cada área. “Levamos a vantagem de estar a quase um ano no governo e termos uma visão mais clara dos setores em que há ociosidade”, avalia um dos formuladores da reforma administrativa.

Obras — As atividades de cada órgão da administração direta terão de obedecer rigorosamente às disponibilidades do caixa do Tesouro. Nenhuma nova obra de reforma ou construção de prédios poderá ser iniciada a partir da edição das novas medidas. Serão eliminados ou fundidos cerca de 50 programas especiais. Um exemplo são os programas sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional e do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Não-Renováveis), que têm objetivos semelhantes e não justificam a duplicação de gastos. O objetivo é tornar mais eficiente a execução financeira de cada órgão, de forma a evitar que atividades essenciais, nas áreas de Saúde e Educação, por exemplo, sejam interrompidas.

A decisão de anunciar essas medidas apenas na primeira quinzena de janeiro, de acordo com um dos formuladores do pacote a ser submetido ao presidente Fernando Collor, levou em conta a avaliação política de que o governo precisa reforçar, diante da sociedade, a ideia de que está cumprindo a sua parte no combate à inflação. “As vésperas do natal, nenhum fato criado pelo governo terá o poder de chamar a atenção da opinião pública”, diz um interlocutor direto do presidente Collor. O anúncio das medidas será feito num momento considerado crucial pela equipe econômica para a quebra das expectativas inflacionárias.

Com o aprofundamento dos cortes nos gastos públicos o Ministério da Economia pretende sinalizar para o setor privado sua intransigência no cumprimento das metas fixadas para o plano de estabilização econômica.